

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque (em vermelho) : Matérias que citam o ministro Wellington Moreira Franco ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: O Globo	2
Título: Indefinição deixa Brasil em risco na guerra comercial	2
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	3
Título: Diante da crise, pequeno crescimento da pobreza é algo para o país celebrar	3
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	8
Título: Amazônia brasileira abriga 453 garimpos ilegais, mostra estudo	8
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	11
Título: Furto falha e 60 mil litros de óleo atingem rio e baía	11
VEÍCULO: Valor Econômico	11
Título: BBCE quer antecipar derivativos para 2019	11
Título: Destaques	14
Título: Cai liminar contra venda de distribuidora do Amazonas	15
Título: Em nova fase, grupo Edson Queiroz investe em usina eólica e construção	16
Título: Abdib pede melhorias em PPPs de iluminação	19
Título: Disputas políticas engoliram o debate da cessão onerosa	21

VEÍCULO: O Globo**Data: 10/12/2018****Seção: Editorial****Autor:****Título: Indefinição deixa Brasil em risco na guerra comercial**

Governo Bolsonaro precisa ter um projeto com cenários sobre o que fazer no embate entre China e EUA

Em três décadas de experiência parlamentar, Jair Bolsonaro testemunhou várias batalhas políticas cujo êxito dependeu da prudência no planejamento, com previsão de uma linha de retirada.

O presidente eleito assume dentro de três semanas e vai precisar ter à mão um plano com linha de retirada para conduzir o país na travessia em meio ao conflito entre os Estados Unidos e a China. Por enquanto, está circunscrito a ameaças de retaliações de até US\$ 250 bilhões.

São visíveis os sinais de uma disputa real de poder entre os EUA e a China. É tranquilizadora a trégua acertada há dez dias num jantar em Buenos Aires, durante a reunião do G-20, entre os presidentes Donald Trump e Xi Jinping. Embora indefinições sobre o entendimento preocupem os mercados, tensão agravada pela prisão no Canadá, a pedido dos americanos, de Meng Wanzhou, diretora e herdeira da gigante tecnológica chinesa Huawei.

Os dois governos indicaram a negociação de um acordo, que começaria pela agricultura e as indústrias de energia e de automóveis. A ver. No melhor dos cenários, o entendimento avançaria até março. Em seguida, Washington e Pequim estabeleceriam um cronograma e um caminho para resolver temas de propriedade intelectual, tecnologia e equilíbrio comercial. A hipótese oposta, a de uma guerra comercial, sugere anarquia nos mercados globais.

É o panorama que o governo Bolsonaro vai encontrar. Nele, o Brasil pode ter muito a ganhar —ou a perder. Depende da definição do interesse nacional e, infelizmente, até aqui os planos do futuro governo para o comércio são uma incógnita.

O que se sabe é o desejo do futuro presidente de reforçar os laços históricos com os EUA, no limite do alinhamento. Pode ser positivo em alguns aspectos, mas é claramente insuficiente para o país, que concentrou nos mercados da China, dos EUA e da Argentina nada menos que 45% das suas exportações.

Entre janeiro e novembro, vendeu-se à China US\$ 58,7 bilhões, com aumento de 32% em relação ao ano passado. Os chineses compraram 26,7% de tudo que foi vendido pelo Brasil neste ano. Os EUA foram o segundo destino, com US\$ 26,5 bilhões —um aumento de 7,1%. Em terceiro lugar está a Argentina, que adquiriu US\$ 14,2 bilhões (queda de 11,2% no ano), e representou 6,5% das vendas.

Metade dos estados brasileiros — incluídos Rio e Minas — tem na China o principal destino das suas exportações. É o segundo comprador nos demais. Os EUA prevalecem em São Paulo, Santa Catarina, Espírito Santo, Pernambuco, Ceará e Amapá. E a Argentina é o maior cliente de produtos industriais. Seria pouco inteligente escolher lado numa guerra comercial entre EUA e China. Menos sábio seria iniciar um governo sem um projeto definido para aproveitar oportunidades que surgiriam num acordo entre China e EUA. Em qualquer cenário, a indefinição governamental é danosa.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 10/12/2018

Seção: Mercado

Autor: Érica Fraga

Título: Diante da crise, pequeno crescimento da pobreza é algo para o país celebrar

Entrevista da 2ª: Ricardo Paes de Barros

Brasil chegou ao limite de fazer política social sem que haja uma economia saudável por trás, afirma especialista em desigualdade

São Paulo- Diante da severidade da recessão dos últimos anos, o aumento da pobreza ocorrido no Brasil em 2017 foi, surpreendentemente, pequeno, um fato que precisa ser celebrado.

A opinião é do pesquisador Ricardo Paes de Barros, conhecido como PB, que se tornou referência por seus estudos sobre desigualdade de renda e educação no país.

"Diante de uma crise dessa magnitude, você ter menos de um ponto percentual de aumento da pobreza é algo para um país celebrar", disse ele, que é economista-chefe do Instituto Ayrton Senna e professor do Insper.

A análise se referia a dados divulgados na semana passada pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Segundo o órgão, o contingente de pobres no país aumentou de 25,7% para 26,5% da população entre 2016 e 2017. No mesmo período, a extrema pobreza, que afetava 6,6% dos brasileiros, passou a atingir 7,4% do total.

Pela linha definida pelo Banco Mundial — métrica adotada pelo IBGE —, são classificados como pobres os que vivem com até US\$ 5,50 (o equivalente a R\$ 406 por mês, segundo a cotação do período analisado) por dia. Os de extrema pobreza têm renda diária inferior a US\$ 1,90 — R\$ 140 por mês.

"Foi um pequeno aumento, mas muito concentrado naqueles que são muito pobres."

Para PB, se, por um lado, os dados revelam que o impacto da crise sobre os extremamente pobres foi dramático, por outro, indicam que o progresso anterior do país no combate à pobreza tem sido resiliente.

Ambos os resultados têm de ser mais bem estudados e compreendidos, diz. Mas, olhando para frente, PB ressalta que o Brasil chegou ao limite da possibilidade do combate à pobreza apenas com política social, sem uma economia saudável — que gere emprego para todos e inclua os extremamente pobres — por trás.

"Então, economia, por favor, cresça aí!"

O que o aumento da pobreza revelado pelo IBGE representa em termos de retrocesso para o país?

Não olhei os dados com cuidado. Mas isso já era, mais ou menos, conhecido. Uma das preocupações é se isso reverte os ganhos do passado. Precisamos ter em mente que a redução que fizemos na extrema pobreza foi astronômica. A pobreza em 2014 era menos de um terço do nível de 2003, uma queda gigantesca.

Então, o aumento agora, menor que um ponto percentual, não chega a 10% do que a gente reduziu de pobreza nos últimos tempos. Ele é bem problemático, mas de forma nenhuma representa reversão.

Obviamente, a gente gostaria de ver a extrema pobreza continuando a cair e espera que ela volte a cair, mas, em certo sentido, dada a magnitude da recessão e do desequilíbrio fiscal do país, ela subir menos de um ponto percentual mostra uma certa resiliência, porque ela tinha caído 10 ou 11 pontos percentuais, dependendo de como se mede.

Agora, 2017 foi muito ruim para os muito pobres. Esse período foi dramático para esse grupo, cuja renda caiu mais de 10% em termos reais. Ou seja, foi um pequeno aumento da pobreza, mas muito concentrado nos que são muito pobres.

Isso não seria um retrocesso?

Para um país que tinha mais de 10% da população na extrema pobreza, eu não chamaria isso de reversão de maneira nenhuma. A grande conquista da nossa redução da extrema pobreza no passado foi que, embora em parte ela tenha sido explicada pelo Bolsa Família, em larga medida, se deu por inclusão produtiva, pelo trabalho das pessoas. Mas esse processo, que foi muito legal, não conseguiu chegar, em toda a era Lida [Luiz Inácio Lula da Silva] e Dilma [Rousseff], aos 5% mais pobres. E eles foram os que mais sofreram agora.

O IBGE atribui o aumento da pobreza ao maior desemprego. Se os extremamente pobres não tinham sido incluídos produtivamente, por que foram os mais afetados? Faltou proteção social?

Acho um pouco inesperado porque eu imaginaria que esses 5% que, tradicionalmente, estão mais desconectados do setor formal sofreriam menos com uma crise que atingiu tantos setores formais da economia. É curioso que, no meio da distribuição, as pessoas se mantiveram mais ou menos com a mesma renda. Já entre os 5%, a renda cai bastante. Precisariamos de um estudo mais detalhado porque na Pnad (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio, do IBGE) os 5% mais pobres de 2016 não são necessariamente os 5% mais pobres de 2017. Se um monte de gente do mercado formal fica desempregada e com renda muito baixa, eles passam a integrar os 5% mais pobres. Pode ter ocorrido uma mexida em quem são os 5% mais pobres do Brasil.

Em termos relativos, esses desempregados podem ter se tornado mais pobres do que os do grupo que vive do Bolsa Família?

Exatamente. Pode ter aparecido um novo extremamente pobre no Brasil. Se bem que os antigos 5% mais pobres não podem ter melhorado tanto de vida, e, portanto, a pobreza teria de ter subido muito mais. Precisamos olhar com mais cuidado os dados. É uma especulação.

É relativamente surpreende que o aumento da pobreza tenha sido tão pouco porque a crise no mercado de trabalho foi muito maior. Aí entra a questão da resiliência.

E o que explica essa resiliência? O Bolsa Família?

O fato de você ter uma rede de proteção como o Bolsa Família ajuda. Mas, olhando para os dados, ninguém diria que o Brasil passou pela recessão que passou. Dado o aumento na taxa de desemprego, era de esperar que a pobreza aumentasse muito mais. O fato de ter aumentado muito pouco é surpreendente.

Com outra metodologia de mensuração o resultado poderia ser diferente?

Não, o dado é esse. Um relatório do Banco Mundial já antecipava um aumento pequeno da pobreza, e eu tinha pensado que não era possível. Mas acabou sendo mesmo. Eu celebraria esse aumento da pobreza. Só isso para uma recessão desse tamanho? Agora, por que foi só isso com tanto desemprego? Como mais desempregados não entraram na extrema pobreza, como eles não entraram nem na pobreza?

Talvez porque esse desemprego esteja muito concentrado entre os jovens, e não tanto entre os chefes de família. Precisamos de um estudo mais profundo para entender. Então, a boa notícia é que não afetou tanto a extrema pobreza. A má notícia é que, entre os pobres, pegou o muito, muito pobre.

Olhando para a frente, o que o Brasil deveria estar pensando em termos de política pública de combate à pobreza?

Em primeiro lugar, diante de uma crise dessa magnitude, você ter menos de um ponto percentual de aumento da pobreza é algo para um país celebrar. Nenhum país do mundo consegue isso. Precisamos entender como conseguimos isso. Ainda nem conseguimos entender direito como fizemos a extrema pobreza cair tanto, porque não foi simplesmente o Bolsa Família.

A outra coisa é que, para a gente andar para a frente agora, só com uma economia saudável. Acho que todo o mundo que estuda pobreza está convencido de que chegamos mais ou menos ao limite de fazer política social remendando em cima de uma economia frágil, num país que não cresce.

É claro que dá para fazer muita coisa ainda, mas, vamos combinar, estamos chegando ao limite. Então, economia, por favor, cresça aí!

O sonho da política social, o sonho de Osmar Terra [ex-ministro de Michel Temer, que voltará a comandar a área social na gestão de Jair Bolsonaro] deve ser que os economistas façam nossa economia andar para a frente.

Quando a economia deslanchar, não poderemos fazer como no passado. Temos de ter política social, que vai garantir que os mais pobres se enganchem no mercado produtivo. Isso não é automático, requer uma política social de

inclusão produtiva que nosso ministro Osmar Terra tentou fazer na última administração dele pós-Dilma, mas que ainda está devendo um pouco.

Ele fez algo maravilhoso com o Criança Feliz [focado na primeira infância], aumentou o valor real do Bolsa Família, acho que melhorou bastante sua fiscalização e acabou com a fila do programa.

Foi uma boa decisão chamá-lo de volta?

Sem dúvida, foi uma excelente escolha. Mas a questão da inclusão produtiva no Brasil, para mim, é um grande mistério porque a presidente Dilma, ao lado da ex-ministra Tereza Campello [Desenvolvimento Social e Combate à Fome], desenvolveu um programa fantástico de inclusão produtiva, que é o Brasil sem Miséria. Eu estava no governo na época e dei uns palpites, deveria ter participado mais. Mas, até onde vi, a implementação dele foi muito sólida, feita por equipe supercompetente.

E acho que esse programa foi descontinuado ainda na gestão Dilma e eu não entendo o porquê. Eu me lembro do Osmar Terra chegando, perguntando pelo programa e descobrindo que ele não existia mais.

Acho que ele tinha um erro. Era muito bem integrado em Brasília. Mas um programa de inclusão produtiva precisa ser muito bem integrado lá na ponta. Se você não der ao agricultor familiar assistência técnica, crédito, apoio à comercialização, ele não vai sair da pobreza.

Acho que precisamos fazer de novo um Brasil sem Miséria com um atendimento lá na ponta mais integrado, mais customizado, parecido com o Chile Solidário.

A assistente social precisa ir a cada família e conversar para entender como ela pode ser incluída produtivamente. Se for um empreendedor, é preciso uma política. Se for um pequeno produtor, outra política.

O almirante Bento Costa Lima de Albuquerque Junior, futuro ministro de Minas e energia de Jair Bolsonaro, é seu irmão?

Sim. Ele é filho da segunda esposa do meu pai. O pai dele morreu quando ele tinha uns dois anos e a mãe dele se casou com meu pai quando ele tinha uns quatro anos. Ele é quatro anos mais novo que eu. Meu pai botava nós dois de castigo e me colocava para dar aula de física e de energia para ele nas férias [risos]

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Data: 10/12/2018****Seção: Colunas****Autor: Fernando Moraes****Título: Amazônia brasileira abriga 453 garimpos ilegais, mostra estudo**

Foco da pesquisa são as atividades ilícitas desenvolvidas em unidades de conservação e territórios indígenas

São Paulo- O Brasil tem 453 garimpos ilegais na Amazônia, de acordo com mapa inédito apresentado nesta segunda-feira (10) pela Raisg (Rede Amazônica de Informação Socioambiental Georreferenciada). Em todo o bioma — que se espalha pelo por nove países, em quase 7 milhões de km² — são mais de 2.500.

Enquanto a Venezuela lidera o ranking amazônico dessa atividade predatória, com 1.899 garimpos clandestinos, o Brasil ocupa o primeiro posto entre os países que mantêm a atividade ilegal dentro de terras indígenas, com 18 casos entre os 37 identificados, e em áreas de conservação.

Esse quadro pode se agravar em breve. O presidente eleito, Jair Bolsonaro, tem defendido que as populações indígenas tenham o direito de explorar as suas terras. Ele também já sugeriu que índios possam receber royalties sobre a extração de minérios nas reservas.

Neste domingo (8), após muita polêmica e indefinição, Bolsonaro anunciou o futuro ministro do Meio Ambiente que terá que enfrentar o problema: Ricardo Salles. Ex-secretário de Meio Ambiente de São Paulo na gestão de Geraldo Alckmin (PSDB), se notabilizou por críticas ao MST.

"O objetivo do mapa é mostrar a abrangência transnacional do garimpo ilegal na Amazônia, em geral praticado por grupos à margem da lei e que gera prejuízos à floresta, aos rios, aos índios e às populações tradicionais", explica Alicia Rolla, geógrafa do ISA (Instituto Socioambiental), que coordena a Raisg.

Além de Venezuela, com 1.899 garimpos ilegais, e Brasil, com 453, o mapa aponta 134, no Peru, e 68, no Equador.

Para chegar ao resultado, os pesquisadores agregaram conhecimentos de diversas fontes, como estudos técnicos, informações de parceiros locais, notícias da imprensa de cada país e análises de imagens de satélites. "Trabalhamos por cerca de um ano e meio no projeto", diz a geógrafa.

O mapa mostra 2.312 pontos e 245 áreas de garimpo ou extração de minerais como ouro e diamantes. "Conceitualmente, "pontos" e "áreas" são a mesma coisa, mas as "áreas" são aqueles garimpos cuja extensão determinamos por meio de sensoriamento remoto".

Além disso, foram mapeados 30 rios afetados pela atividade extrativista ou pela entrada de máquinas, insumos e saída de minerais. Na Colômbia e na Bolívia, as unidades de análise foram os rios, razão pela qual não aparecem quantificados como pontos.

Segundo Roberto Cabral, coordenador de operações de fiscalização do Ibama, o garimpo ilegal provoca a "destruição da cobertura vegetal da floresta. Na Amazônia, a maioria dos garimpos segue o curso d'água, assim, a exploração derruba os barrancos, muda o curso de rios e arrasa igarapés. Além disso, o mercúrio utilizado na atividade se propaga pelo rio".

Para Alicia Rolla, o mapa permitirá que os órgãos ambientais delineiem estratégias de intervenção mais articuladas, "pois ele possibilita ver toda uma região, e não apenas garimpos isolados".

Ela também cita a possibilidade de incrementar a cooperação internacional no combate a esse crime. Dá como exemplo a extração mineral realizada nas terras ianomâmi no Brasil e na Venezuela.

"Quando ocorre uma ação fiscalizadora no lado brasileiro, os garimpeiros fogem para o lado venezuelano e voltam depois. Esse mapeamento pode servir de base para orientar uma necessária articulação internacional para coibir a mineração ilegal".

"Trata-se de uma atividade não só ilegal como impossível de ser legalizada", diz Cabral, sobre os garimpos em terras indígenas e áreas de conservação.

Além de liderar o ranking, a Venezuela também é o local onde a mineração produz mais tensão social. A criação em 2016 do chamado Arco Mineiro do Orinoco, localizado na bacia desse rio, deflagrou conflitos armados na região. Estima-se que mais de cem pessoas morreram em confrontos desde 2016.

"Trata-se de uma área imensa, que ocupa 12% da Amazônia venezuelana", diz Gustavo Faleiros, coordenador do InfoAmazônia, que produziu, em parceria com a Raisg, um "storymap", forma de apresentação que expõe dados do mapa de maneira interativa.

"O governo mapeou as zonas de existência de minérios para fazer concessões e parcerias com a iniciativa privada. Só que já existiam mineiros ilegais nessa área

e, a partir do decreto de criação [do Arco Mineiro], o exército foi enviado para retomar algumas delas", diz.

A investida do governo venezuelano sobre a área é vista como uma tentativa, após a queda de preço do petróleo, de arrecadar recursos com a exploração do ouro, cujo valor de mercado aumentou muito na última década.

No Brasil, a valorização do metal, de 149% desde 2010, com o grama valendo na última sexta R\$ 15 5,23 — é apontada como uma das razões para o recrudescimento do garimpo ilegal na Amazônia nacional, com polo minerador na região do rio Tapajós.

Ali, a exploração data do final da década de 1950, diz Maurício Torres, da Universidade Federal do Pará.

Inicialmente todo o trabalho era feito de forma artesanal e manual. Segundo Torres, uma peculiaridade da região permitiu que, de início, as mineradoras não se sobrepujassem aos garimpeiros.

"O ouro ali está distribuído numa área imensa. Assim, se uma mineradora controlasse um ponto, o garimpeiro só precisava ir para o terreno ao lado. Isso, em certa medida, deu ao garimpo uma situação democrática e nacional".

Com o esgotamento do ouro superficial, explorado pelos primeiros garimpeiros, a região do Tapajós viu a chegada das mangueiras bico-jato. Nessa técnica, água pressurizada é utilizada para o desmonte de barrancos. A lama resultante é então filtrada para a extração do metal. A prática produz grandes crateras.

"Isso já tornou possível algum controle do acesso ao ouro pelos donos de garimpo", pelos gastos para comprar a máquina e combustível.

A partir de 2008, diz Torres, a situação muda drasticamente com a chegada de retroescavadeiras hidráulicas (PCs) e de dragas escariantes, com um poder de destruição ambiental avassalador.

"A grande transformação da região ocorreu com a chegada das PCs. Elas geram um impacto ambiental insano. Eu arriscaria dizer que a alteração da cobertura florestal foi maior nos últimos 10 anos do que nos 50 anteriores."

Isso também produziu uma concentração econômica e de controle dos garimpos inéditas. Uma PC custa aproximadamente R\$ 500 mil.

Nesse contexto, diz Torres, é muito importante diferenciar o garimpeiro do dono do garimpo. "O garimpeiro, em geral, é um peão, um trabalhador rural,

um ribeirinho, é alguém que luta para sobreviver. O bandido é o dono do garimpo. No entanto, persiste a ideia de que o garimpeiro é o demônio. Quase todas as ações só atacam a ponta da cadeia, investem contra o garimpo. Isso não funciona."

A chegada das PCs no Tapajós se deu com o aumento da cotação do preço do ouro. "A partir dos anos 1990, com abertura da antiga União Soviética, injetou-se muito ouro no mercado e o preço caiu. Desde a crise econômica de 2008, o ouro se fortaleceu de novo. A partir daí a relação do preço do ouro com o preço do diesel passou a compensar."

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 10/12/2018

Seção: Colunas

Autor:

Título: Furto falha e 60 mil litros de óleo atingem rio e baía

Uma tentativa de furto no oleoduto da petrobrás que passa pelo município de Magé (RJ) provocou o vazamento de 60 mil litros de óleo e atingiu o Rio Estrela e a Baía de Guanabara. De acordo com a petrobrás, o vazamento começou na tarde de sábado, e metade do volume já foi recolhida. O óleo atingiu um manguezal na região. Em janeiro, a companhia divulgou nota sobre um incidente semelhante em Duque de Caxias, município vizinho de Magé.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 10/12/2018

Seção: Empresas

Autor: Rodrigo Polito

Título: BBCE quer antecipar derivativos para 2019

A BBCE, plataforma eletrônica de leilão contínuo para comercialização de energia, planeja lançar no próximo ano um mercado de derivativos de energia elétrica. A empresa vai apresentar neste mês à Comissão de Valores Mobiliários (CVM) pedido de licença para se tornar entidade administradora de mercado organizado.

"Tão logo seja aprovada a medida, consequentemente a BBCE estará habilitada a ser um mercado de derivativos, ainda que derivativos bilaterais, o que favorece não só na formação de preço de energia, mas na criação de liquidez e operação de hedge e proteção em cima de quem tem posições físicas", disse o presidente da BBCE, Victor Kodja. Segundo ele, o plano foi antecipado em um ano, devido ao rápido crescimento das operações registradas na BBCE.

No acumulado do ano até o fim de novembro, a BBCE contabilizou 153 gigawatts-hora (GWh) de energia transacionada em suas duas plataformas, com uma movimentação financeira de R\$ 38 bilhões. O volume de energia negociado é mais de dez vezes superior ao registrado em igual período de 2017. A BBCE possui duas plataformas: uma para compra e venda de energia e outra apenas para registros e formalização digital de contratos firmados por duas partes.

Para o próximo ano, a BBCE prevê um crescimento de 16% dos volumes de energia transacionados na plataforma, totalizando 9 mil megawatts (MW) médios por mês. Segundo Kodja, 25% de todos os contratos registrados na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) passam pela BBCE.

Devido ao crescimento observado este ano, a BBCE, que prevê lucro líquido de R\$ 10 milhões em 2018, vai ampliar investimentos em tecnologia da informação em 2019, para R\$ 3,6 milhões. O montante é mais que o dobro do investido neste ano, de R\$ 1,5 milhão.

Os investimentos da BBCE na área digital têm atraído o interesse de mais comercializadoras. A última foi a Pacto Energia, que em novembro adquiriu a participação da Bolt Comercializadora no capital social da BBCE. Hoje, a empresa de plataforma eletrônica conta com 32 comercializadoras como acionistas, totalizando um capital social de R\$ 16,5 milhões. Ainda está em negociação a entrada de mais uma comercializadora este ano e de outras duas em 2019.

"Investimentos em digitalização serão cada vez mais constantes e, com a reformulação do setor elétrico, vão ser altamente necessários. O que estamos fazendo é nos antever a todo esse movimento para quando ele chegar, estarmos preparados, seja do ponto de vista tecnológico, seja do ponto de vista operacional", disse o presidente da Pacto Energia, Rodrigo Pedroso. A aquisição da participação na BBCE foi o primeiro movimento de crescimento inorgânico da empresa.

Outra comercializadora que está investindo em digitalização é a Máxima Energia. Com apenas um ano de operação, a companhia já alcançou R\$ 1,3 bilhão em faturamento, a partir de mais de 4.500 negócios firmados e com mais de 300 contrapartes.

Segundo o fundador e presidente da empresa, Rafael Bispo, a companhia conta uma equipe de especialistas do setor e programadores para dar um viés tecnológico no tratamento da comercialização da energia. O resultado é a maior rapidez nas tomadas de decisão. "Somos uma empresa de energia com um viés tecnológico", explicou Bispo. "Entramos e saímos de posição de forma muito rápida. Isso foi um grande avanço no setor".

Na sexta-feira, a empresa foi uma das vencedoras do leilão A-2, negociando 4 MW médios de energia, por R\$ 160,28/MWh, com fornecimento entre janeiro de 2020 e dezembro de 2021.

Segundo Bispo, a Máxima já está entre as sete maiores comercializadoras independentes de energia. O executivo não descarta no futuro negociar uma participação da empresa para fundos de investimento internacionais interessados no mercado livre de energia do Brasil. "Mas hoje estou mais preocupado em construir esse arcabouço [tecnológico da empresa]", afirmou.

Bispo esteve recentemente com representantes de fundos nos Estados Unidos, que demonstraram interesse em investir no setor. "Há uma série de pontos que, se emplacarem, vão acelerar muito a abertura do mercado livre", explicou.

De janeiro a outubro deste ano, as despesas do governo com os subsídios nos empréstimos concedidos pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e no âmbito do Programa de Sustentação do Investimento (PSI) somaram R\$ 6,653 bilhões, segundo o 5º boletim bimestral sobre subvenções divulgado na sexta-feira pelo Tesouro Nacional. Em todo o ano de 2017, os subsídios somaram R\$ 23,546 bilhões. Os valores estão corrigidos pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de outubro.

Apesar de a despesa estar caindo, em 10 anos ela já custou aos cofres públicos R\$ 251,346 bilhões, dos quais R\$ 179,380 bilhões se referem a subsídios concedidos em empréstimos do BNDES e R\$ 71,965 bilhões a subsídios financeiros, como os do PSI. Mas esse gasto ainda deve se expandir ao longo do tempo.

Até 2060, o governo ainda deve desembolsar quase R\$ 90 bilhões, sendo R\$ 80,9 bilhões para custear subsídios creditícios e o restante os subsídios financeiros, conforme valores trazidos a valor presente pelo Tesouro Nacional.

"Os subsídios financeiros projetados alcançam R\$ 9,2 bilhões e os subsídios creditícios alcançam R\$ 80,9 bilhões, a valor presente. Quanto aos subsídios financeiros, que decorrem unicamente do PSI, os financiamentos no âmbito deste programa já finalizaram e estão sendo amortizados ao longo do tempo, de

modo que as subvenções são calculadas sobre saldo devedor que vem gradativamente se reduzindo", informa o Tesouro.

Apesar desses gastos com subsídios serem considerados elevados pela equipe econômica, os desembolsos caíram relação em relação ao estimado no mesmo período de 2017. "Ao se comparar o valor dos subsídios financeiros e creditícios realizados até o 5º Bimestre de 2018 com os do mesmo período de 2017 (disponível no Boletim do 5º Bimestre de 2017), observa-se redução significativa."

VEÍCULO:	Valor Econômico
Data:	10/12/2018
Seção:	Destaques
Autor:	
Título:	Destaques

Do SBT para a Copel

O governador eleito do Paraná, Carlos Massa Junior (PSD-PR), o Ratinho Júnior, indicou Daniel Slaviero, diretor de rede do SBT, para a presidência da estatal de energia Copel. O nome, contudo, ainda está sendo analisado pela equipe de transição, antes da nomeação ser formalmente enviada ao conselho da companhia para sua aprovação. Segundo uma fonte, Slaviero é um nome por quem o governador eleito "tem apreço", mas todas as nomeações para cargos públicos serão analisadas pela equipe de transição nos âmbitos técnico e jurídico. "Confirmado que ele [Slaviero] tem condições técnicas e legais para ocupar o cargo, ele será nomeado", disse a fonte. Um dos possíveis obstáculos para a nomeação é o fato de Slaviero ser irmão do vice-prefeito de Curitiba, Eduardo Pimentel, que acumula também o cargo de secretário de obras públicas da capital paranaense. Há um entendimento de que a Lei 13.303 de 2016, conhecida como Lei de Governança das Estatais, impediria a nomeação de Slaviero pelo parentesco com o ocupante de outro cargo público.

Cessão de campos suspensa

A Justiça do Trabalho do Rio Grande do Norte concedeu liminar suspendendo a assinatura do contrato de cessão de 34 campos terrestres da Petrobras no Estado para a empresa 3R Petroleum, por US\$ 453,1 milhões. A liminar invalidou o negócio devido à ausência de representante dos trabalhadores na reunião do conselho de administração da petroleira que aprovou a venda. A

suspensão foi solicitada pelo sindicato dos petroleiros do Rio Grande do Norte (Sindipetro-RN).

Mercado de eletrônicos

A receita do setor eletroeletrônico deve fechar o ano com alta de 7% em termos nominais, para R\$ 146,1 bilhões, segundo estimativa da Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica (Abinee). Em termos reais, o avanço será de 2%. Se confirmado, este será o segundo ano de crescimento consecutivo do setor, que apresentou quedas seguidas em 2014, 2015 e 2016. A produção aumentou 2%. "O mercado ainda está em processo de recuperação. Mas o paciente talvez tenha saído da UTI e ido pro quarto. Mas continua tendo que receber cuidados", disse Humberto Barbato, presidente da Abinee.

Comando da Bunge

O CEO da Bunge, Soren Schroder, pode deixar o cargo hoje, informou a agência Bloomberg, ontem, após o "Wall Street Journal" antecipar o plano da companhia na sexta-feira. Segundo uma fonte ouvida pela Bloomberg, com a mudança no comando a companhia pode retomar conversas com potenciais compradores, como a Glencore e a ADM.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 10/12/2018

Seção: Brasil

Autor: Camila Maia e Rodrigo Polito

Título: Cai liminar contra venda de distribuidora do Amazonas

A Justiça derrubou ontem uma liminar que poderia impedir a realização do leilão de privatização da Amazonas Energia. Na sexta-feira à noite, a 3ª Vara Federal Cível da Seção Judiciária do Amazonas concedeu liminar suspendendo a cisão da companhia em duas, uma de distribuição (Amazonas D) e uma de geração e transmissão (Amazonas GT), além do próprio processo de venda da concessionária de distribuição de energia do Amazonas.

A decisão do juiz Ricardo Sales foi tomada no contexto de uma ação popular movida por Edney da Silva Martins contra a União, a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) e o diretor da Aneel Sandoval Feitosa. A ação questiona o aval dado pela Aneel à transferência, pela Amazonas D, do contrato de compra de combustíveis para geração de energia para a Amazonas GT. Por meio

da Advocacia-Geral da União (AGU), a União recorreu da decisão no Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1) em Brasília.

Ao conceder a liminar, o juiz Sales questionou a validade da desverticalização da Amazonas, porque esta foi aprovada pela Aneel sem a anuência da Cigás, companhia de distribuição de gás do Amazonas que é intermediária na compra e venda de combustíveis entre Eletrobras e Petrobras para geração de energia. A Cigás, contudo, anuiu à operação posteriormente.

O leilão ocorre hoje às 17h, na B3, em São Paulo. A expectativa é que ao menos a Oliveira Energia participe da disputa.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 10/12/2018

Seção: Empresas

Autor: Marina Falcão

Título: Em nova fase, grupo Edson Queiroz investe em usina eólica e construção

Gadelha, neto do fundador e atual presidente, abandonou negócios que davam prejuízo, como o beneficiamento de castanhas e a fabricação de tintas imobiliárias

Dono da distribuidora Nacional Gás, Esmaltec (fogões e geladeiras), Minalba (águas) e de um dos maiores bancos de terrenos do país, o grupo cearense Edson Queiroz se prepara para, no próximo ano, participar pela primeira vez de leilões de energia eólica e se lançar no ramo de incorporação imobiliária.

Em paralelo, o grupo está deixando de atuar em negócios menores que estavam dando prejuízo, como a fabricação de tintas imobiliárias (Hipercor) e o beneficiamento de castanhas, disse o diretor-presidente do grupo, Abelardo Gadelha Rocha Neto, ao Valor.

Economista formado pela Universidade Federal do Ceará (UFC), Gadelha é um dos netos do empresário Edson Queiroz, que morreu aos 52 anos em 1982 um acidente com o voo da Vasp. Aos 41 anos, ele assumiu o comando da empresa em meados do ano passado, após a morte do tio Airton Queiroz que estava a frente dos negócios.

Juntamente com mais dois primos - Igor Queiroz Barroso e Edson Queiroz Neto - , o empresário vem promovendo uma série de mudanças no grupo, que partem da estruturação da governança corporativa.

Com 12 mil empregados e faturamento de R\$ 7 bilhões previsto para este ano, o grupo montou pela primeira vez um conselho de administração - com dois membros independentes - e está terminando de formatar um acordo de acionistas.

O banco de terrenos do Edson Queiroz conta com pelo menos 300 imóveis e, segundo Gadelha, houve um grande esforço para regularizá-los nos últimos anos. Em um desses terrenos, localizado em Aracati (CE), na divisa com o Rio Grande do Norte, o grupo identificou elevado potencial para produção de energia eólica. Os estudos ainda estão sendo finalizados, mas Gadelha se diz "bastante otimista" de que o negócio é viável. Ele calcula que todo o terreno possa comportar investimento de mais de R\$ 1 bilhão. "Energia limpa: hoje é bonito e amanhã pode ser necessário", afirma.

Para o empresário, o investimento em energia eólica é estratégico porque pode servir tanto para vender energia no mercado livre quanto para abastecer a demanda do próprio grupo.

Também no próximo ano, o grupo quer lançar seu primeiro empreendimento imobiliário, com a Quepar Participações. A maior probabilidade é que a estreia seja um residencial de altíssimo padrão na orla da Fortaleza. Em seguida, é possível que o grupo comece a atuar nos segmentos do Minha Casa, Minha Vida, com lançamentos em São Paulo e no Recife. "Estamos aguardando apenas reações mais nítidas de recuperação do mercado imobiliário", diz Gadelha.

Segundo o empresário, no segmento agrícola, o grupo deve diversificar atuação que hoje se restringe à produção de leite. Há terrenos com potencial de produção de grãos no Maranhão e Piauí e estudos estão sendo desenvolvidos para identificar outras culturas promissoras em outras propriedades.

A nova gestão do grupo Edson Queiroz tem uma postura mais ativa em relação às aquisições. Após décadas sem comprar nada, a Minalba Brasil adquiriu este ano as marcas de água da Nestlé, em uma operação que consolidou a liderança do grupo nesse mercado. O valor da transação não foi divulgado.

Um pouco antes, o grupo já vinha ensaiando movimentos mais agressivos de aquisição. Com a Esmaltec, tentou comprar a Continental da falida Mabe e, com a National Gás, fez oferta pela Liquigás, da Petrobras, mas acabou não levando nenhum dos ativos. A Continental ficou com a Electrolux e a Ultragaz venceu o leilão pela Liquigás, mas o Cade impediu o fechamento do negócio. Como o

setor é considerado oligopolizado, a expectativa é de negócios entre as grandes no setor aconteçam por restrições regulatórias, a não ser que os ativos sejam fatiados..

"Estamos mais abertos a olhar aquisições, mas a gente não paga mais do que vale não, viu?", afirma Igor Queiroz Barroso, que assumiu a diretoria institucional do grupo, acumulando as áreas jurídica e de auditoria.

Este ano, a greve dos caminhoneiros prejudicou bastante a logística da National Gás, que precisou recorrer à cabotagem a partir do Porto do Pecém. Quarta maior distribuidora de gás do país, a Nacional Gás representa cerca de 70% do faturamento do grupo. A Esmaltec é 14% e Minaba, 11%.

Sem mencionar números, Barroso diz que o grupo é bastante conservador na questão do endividamento. "Somos três vezes líquidos. O Brasil não é fácil, não é para amadores", afirma. Única empresa do grupo que divulga suas demonstrações financeiras, a Esmaltec tinha em caixa R\$ 117 milhões no fim do ano passado, mais que o dobro do total dos seus compromissos financeiros.

De 2015 para a cá, a fabricante de fogões passou por uma forte reestruturação operacional e voltou a dar lucro, com a implementação do modelo de manufatura enxuta da Toyota. A companhia saiu de prejuízo de R\$ 47 milhões em 2015 para ganho líquido de R\$ 7,23 milhões em 2017, quando faturou R\$ 822 milhões.

Por muitos anos, foi cogitada no mercado a venda da empresa para competidores maiores. A antiga gestão, comandada pelo tio Aírton e por sua mãe - a viúva de Edson Queiroz, Yolanda Queiroz - era contra. Yolanda morreu em 2016. "Morro pequenininha mas não vendo. Ela pensava assim. Não está mais aqui, o que não significa que vamos vender", afirmou Barroso.

Na área de comunicação, o grupo é dono de duas afiliadas da Rede Globo, rádios em Fortaleza, Ceará e Rio, além do jornal impresso Diário do Nordeste. Os veículos ficaram sob comando de Edson Queiroz Neto, que é também diretor executivo do grupo. Recentemente, o jornal impresso passou por uma mudança de formato que reduziu em 30% o gasto com papel.

Para promover as mudanças, o grupo recebeu consultoria McKinsey e Pinheiro Neto.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 10/12/2018****Seção: empresas****Autor:****Título: Abdib pede melhorias em PPPs de iluminação**

Um estudo sobre as condições das parcerias público-privadas (PPPs) de iluminação pública no Brasil elaborado pela Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base (Abdib) mostrou a necessidade de aprimoramento da regulamentação da interação entre as duas partes, as distribuidoras de energia elétrica e as prefeituras.

Segundo a entidade, as mudanças devem ajudar a tornar atrativas as PPPs de iluminação para investidores, ao mesmo tempo em que permitirão que os usuários tenham acesso completo às vantagens possíveis, assim como às reduções no custo de energia na iluminação pública.

O estudo da Abdib elaborou um diagnóstico das principais medidas regulatórias que podem ser implementadas para aprimorar as PPPs de iluminação, com ganhos de eficiência, redução de custos para os consumidores e resolver conflitos entre as distribuidoras, as concessionárias de iluminação pública e as prefeituras.

Cobrança pelo consumo da iluminação pública é feita por estimativa; entidade pede regras para telegestão

"Eu diria que é um pensamento simplista pensar que a iluminação pública se desconectou do sistema de energia e passou a ser incumbência das prefeituras. Não é verdade, os dois sistemas coexistem", disse Miguel Noronha, conselheiro da Abdib e coordenador do Comitê de Iluminação Pública da entidade.

Para isso, a entidade levou o estudo à Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), que deve se aprofundar sobre o tema no segundo semestre do ano que vem.

A agência reguladora abriu uma audiência pública na semana passada para aperfeiçoar a resolução normativa 241/2010, que estabelece as condições gerais de fornecimento de energia elétrica, incluindo o subgrupo de iluminação pública, mas apenas sobre o tempo de tarifação por convenção entre as partes.

Segundo Noronha, essa é apenas parte do escopo do diagnóstico elaborado pela Abdib, que acredita que as PPPs de iluminação forçarão o avanço para a

telemetria e telegestão, permitindo a mensuração da energia de fato consumida - e não da convencionada entre prefeitura e prestador - em tempo real e à distância.

Outras questões precisam ser tratadas na resolução normativa, de acordo com a Abdib. Hoje, por exemplo, não há detalhamento nem obrigações definidas sobre a atualização periódica dos ativos da rede de iluminação pública. Prefeituras e concessionárias têm informações divergentes, que podem causar desentendimentos no cálculo do consumo e, conseqüentemente, no seu faturamento.

A cobrança pelo consumo da iluminação pública é feita por uma convenção entre as partes, o que nem sempre corresponde à realidade. A Abdib defende que a regra inclua a previsão de telemetria e telegestão, com medição real de consumo de cada luminária.

Como as PPPs de iluminação pública estão trocando as luminárias tradicionais por LED, com consumo reduzido, a mudança é importante para possibilitar a medição exata do consumo e o reconhecimento das economias.

"Se você vai implementar a iluminação a LED, um projeto com dimensionamento adequado terá potencial de alcançar até cerca de 50% de economia de consumo em relação à uma luminária convencional", explicou Noronha. Segundo ele, há um projeto "luminotécnico" para cada rua, para exploração adequada da melhor luminosidade, com diferentes alturas e posicionamentos de luminárias, por exemplo, a fim de maximizar os resultados.

Na conta de luz, contudo, essas melhorias não aparecem, já que a medição é feita por uma convenção com a distribuidora.

"Outro aspecto fundamental é como será o compartilhamento de espaços de iluminação com o município", disse Noronha, lembrando do tema das cidades inteligentes e da segurança pública. Hoje, existe uma "zona cinzenta" e não se sabe ao certo se o município ou a concessionária de iluminação podem utilizar os postes para outras atividades, como instalação de câmeras e sensores de volume de tráfego. "Qual tarifa vou usar para alimentar o sensor, que precisa de energia?", questionou Noronha.

Ao Valor, representantes da área técnica da Aneel disseram que a agência tem a intenção de colocar em consulta os sistemas de telegestão da energia consumida pelas luminárias. Outro ponto, ainda em estudo pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), é a chamada "dimerização", na qual as luminárias podem adaptar a intensidade da luz de acordo com o horário e local.

A previsão da agência reguladora é que a proposta da Abdid seja discutida no segundo semestre do ano que vem por meio de consulta pública, com envolvimento de todos os agentes, como usuários, prefeituras, associações de municípios, fabricantes e companhias concessionárias de iluminação pública.

"Se a Aneel conseguir aprimorar as regras, os municípios fizerem arcabouços legais e modelos de PPPs adequados, teremos segurança para que sejam feitos investimentos relevantes que podem transformar completamente a gestão das cidades na próxima década", disse Noronha.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 10/12/2018

Seção: Opinião

Autor:

Título: Disputas políticas engoliram o debate da cessão onerosa

Após mais de um mês de expectativas, a semana que passou serviu para enterrar as chances de aprovação, este ano, do projeto de lei que regula a exploração dos campos de petróleo do pré-sal referentes à área da cessão onerosa. Discutida durante anos na seara técnica, a questão empacou de vez quando os políticos assumiram o protagonismo dos debates sobre o tema.

O projeto de lei foi a solução encontrada para definir parâmetros em torno dos quais não houve consenso na longa negociação entre a Petrobras e o Tesouro Nacional. As duas partes assinaram um contrato em 2010, quando a estatal recebeu da União o direito de explorar exclusivamente 5 bilhões de barris na área que passou a ser conhecida como cessão onerosa.

Os valores pagos por esses direitos, cerca de R\$ 75 bilhões, deveriam ser revisados no futuro, considerando, entre outras coisas, a cotação do barril. Depende dessa revisão a exploração da área da cessão onerosa e também dos volumes excedentes, ou seja, que ultrapassam os 5 bilhões de barris.

Equipes técnicas da Petrobras, da Agência Nacional do Petróleo (ANP) e do Tesouro vêm debatendo exaustivamente o tema, mas ainda não há um acordo. Alguns parâmetros sobre os quais havia divergência foram incluídos no projeto de lei, bem como uma autorização para a Petrobras abrir mão da exclusividade na área da cessão onerosa.

Apesar de alguns ruídos, a matéria caminhava bem no Congresso, tendo sido chancelada na Câmara e estava em vias de votação pelo Senado. A aprovação foi apresentada como condição para que o governo pudesse entrar em acordo com a Petrobras e, então, promover o leilão dos excedentes, com arrecadação estimada em R\$ 100 bilhões.

O dinheiro é considerado vital para o cumprimento da meta fiscal de 2019, primeiro ano da gestão do presidente eleito Jair Bolsonaro. Tendo como um dos pilares de sua campanha a melhor distribuição dos recursos federais, Bolsonaro e sua equipe acabaram aceitando atrelar a aprovação da matéria ao repasse de 20% dos recursos do leilão para Estados e municípios.

A decisão contrariou o equipe econômica do atual governo, que vinha apoiando o projeto de lei, mas passou a se opor à matéria. Em reuniões com o Tribunal de Contas da União (TCU), membros do alto escalão do Ministério da Fazenda disseram não fazer nenhuma questão do PL para assinarem um acordo com a Petrobras.

A essa avaliação se juntaram técnicos do TCU, que também discordaram do uso do projeto de lei. O argumento é de que seria "exótico" usar uma lei para definir as bases de um contrato entre duas partes que deveriam, em tese, chegar a um termo pela via negocial.

Além disso, os técnicos acreditam que a ausência de algumas variáveis no projeto de lei podem resultar em perdas financeiras para a União. Eles também alertaram que, diferentemente do que os políticos estavam dizendo, a aprovação da matéria no Congresso não garante a celeridade na liberação do leilão pelo órgão de controle.

Essa análise chegou aos ouvidos de ministros do TCU e do futuro ministro da Economia, Paulo Guedes, que também acabou recuando no apoio ao texto.

Não bastasse isso, a disputa pela presidência do Senado também ajudou a complicar o ambiente para a votação. Alguns dos principais postulantes ao comando da Casa trabalham para esvaziar a votação neste ano, visando figurarem como protagonistas na tramitação da matéria durante a próxima legislatura, a partir de fevereiro.

O problema é o calendário. Diante da necessidade de realizar o leilão no ano que vem, integrantes da equipe econômica consideram o mês de março como o limite para a assinatura do acordo entre a Petrobras e o Tesouro, independentemente de aprovação ou não projeto de lei.

Entram nesse cálculo uma estimativa de que o Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) pode levar até oito meses para liberar a realização do leilão.

O cronograma também tem que considerar a análise do TCU, que atualizou seus procedimentos e pode levar até seis meses.

Em síntese, a novela em torno da aprovação do projeto de lei da cessão onerosa é o pano de fundo para a já rotineira dependência de recursos extraordinários para o fechamento das contas públicas. Só quando o país estiver com as contas equilibradas é que receitas extraordinárias poderão propiciar à sociedade benefícios, de fato, extraordinários.

MME / ASCOM .